

Boletim

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 3 – junho/2014

Neste mês de junho, o terceiro *Boletim Enccla* conta com a colaboração de seis órgãos participantes da Estratégia. Este é nosso intuito: prestar contas e ampliar, cada vez mais, a divulgação do trabalho de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, implementado, de forma articulada, pelo Estado brasileiro.

Esperamos que, a cada número, tenhamos a participação de mais colaboradores e encontremos novas formas de utilizar este espaço, que tem se mostrado importante para a comunicação interna da Enccla.

Participem, enviem matérias, entrevistas, vídeos e compartilhem o *Boletim Enccla* em seus canais institucionais.

Secretaria Executiva



Curtas

Calendário reuniões ENCCLA

24/6 – 4ª reunião de acompanhamento da Ação 6. Participam: AGU e ANAPE (coords), ATRICON, BACEN, BB, CGU, CAIXA, COAF, DPF, FEBRABAN, FPCC-RS, MPC-RS, MPF, PGFN, RFB, STN, TCU. Local: DRCI, 9h30.

A Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (COCIT/MRE) informa que a Embaixada do Brasil em Londres recebeu comunicação da Universidade de Cambridge (Jesus College) a respeito da 31ª edição do *The Cambridge International Symposium on Economic Crime*, a ser realizado entre 1º e 7 de setembro próximo, naquela cidade. Informações: www.crimesymposium.org ou cocit@itamaraty.gov.br.

Matérias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNJ vai discutir com cartórios mecanismos para dificultar o uso de documentos falsos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai discutir com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) a adoção de procedimentos para prevenir fraudes com a utilização de documentos falsos. O anúncio foi feito nesta última quarta-feira (21/5) pela conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Luiza Cristina Frischeisen, durante reunião, em Brasília/DF, das instituições integrantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).

A articulação com os cartórios será feita em parceria com o Ministério da Previdência Social (MPS), que tem registrado prejuízos por conta de fraudes com documentos falsos, sobretudo em relação ao pagamento de aposentadorias e benefícios a pessoas já falecidas.

O CNJ e o MPS são coordenadores da Ação 12 da Enccla, que acompanha a implantação do Sistema de Informações de Registro Civil (SIRC) e propõe mecanismos para reforçar a segurança do registro civil de pessoas naturais, inclusive o tardio, em razão do elevado número de fraudes relacionadas a falsidade documental e ideológica.

Na próxima semana, segundo a conselheira Luiza Cristina, haverá reunião entre o CNJ, o MPS e a Arpen-Brasil, quando o assunto estará na pauta. A mesma discussão está agendada para esta sexta-feira (23/5), durante o V Fórum de Direito Notarial e de Registro, a ser realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A representante do CNJ observou que essa articulação é operacional e envolve também o Ministério Público Federal, o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ, que tem atribuições correicionais junto aos cartórios.

“A Enccla vai partir para uma ação mais operacional, para que possamos prevenir essas fraudes, informando, inclusive, a Corregedoria Nacional de Justiça, que exerce correição junto aos cartórios”, afirmou a conselheira, acrescentando que participará do V Fórum de Direito Notarial e de Registro.

Para Luiza Cristina Frischeisen, essa discussão se torna ainda mais urgente pelo fato de a Presidência da República ainda não ter assinado o decreto de criação do Sistema de Informações de Registro Civil (SIRC), que vai reunir informações de todos os cartórios de registro civil do País sobre nascimento, casamento e óbito, contribuindo para a prevenção e o combate a fraudes com uso de documentos falsos. O sistema, já em condições de utilização, está na base da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), que o desenvolveu.

“Hoje todos os cartórios têm de enviar informações sobre nascimento, casamento e óbito para mais de dez órgãos federais. Com o novo sistema, eles passariam a enviá-los para uma única base”, afirmou a conselheira, acrescentando que o decreto presidencial tem o apoio e é aguardado por todos os atores diretamente envolvidos na questão do registro civil, incluindo as associações de notários. Ela destacou que o presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, enviou ofício à Casa Civil da Presidência da República destacando a importância do SIRC para o combate a fraudes. A reunião da Enccla desta última quarta-feira foi aberta com um balanço da atuação de todas as instituições parceiras nas 14 ações programadas para este ano.

Jorge Vasconcellos
Agência CNJ de Notícias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Seminário abordará atuação do Estado no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado

A otimização da cooperação jurídica internacional, o combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado transnacional é tema de um seminário que será realizado na terça-feira (13/5), na sede do Ministério da Justiça, em Brasília/DF.

O evento marcará os 10 anos do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), que faz parte da Secretaria Nacional de Justiça. Entre as atribuições do DRCI, está a coordenação dos trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um dos 60 órgãos que integram a Enccla. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, participarão do seminário.

No evento, o ex-ministro da Justiça e advogado Márcio Thomaz Bastos falará sobre os dez anos de organização do Estado brasileiro contra o crime organizado. O diretor do DRCI, Ricardo Andrade Saadi, proferirá palestra sobre a atuação do departamento para a otimização da cooperação jurídica internacional e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Confira a programação aqui.

Serviço:

Seminário DRCI 10 anos – Atuação para a Otimização da Cooperação Jurídica Internacional e o Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Crime Organizado Transnacional

Data: 13 de maio (terça-feira)

Horário: das 14h às 18h

Local: Salão Negro do Ministério da Justiça. Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Térreo, Ed. Sede – Brasília/DF

Agência CNJ de Notícias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Lista de empresas impedidas de contratar com a administração será alimentada com dados de cadastro do CNJ

Magistrados de todo o País responsáveis por sentenças condenatórias em ações de improbidade administrativa não precisam mais encaminhar cópias das decisões judiciais à Controladoria Geral da União (CGU) para que sejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Um acordo fechado recentemente entre a CGU, responsável pelo CEIS, e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desobriga os magistrados de encaminharem à CGU as decisões, já que as informações passarão a ser extraídas do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI), gerido pelo CNJ.

Criado no final de 2008, o cadastro do CNJ reunia inicialmente apenas as condenações por improbidade administrativa, feitas com base na Lei n. 8.429/1992. Em março de 2013, no entanto, o Plenário do Conselho aprovou a ampliação do cadastro, que passou a incluir também os condenados por crimes contra a administração pública, que

podem tornar os réus inelegíveis. Com a mudança, o banco de dados passou a se chamar Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

O cadastro do CNJ registra também as empresas envolvidas em condenações por atos de improbidade e atos que ocasionam inelegibilidade e que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, estão proibidas de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou de crédito. Atualmente, há 757 registros no CNCIAI de pessoas jurídicas nessa situação.

Mudança – Antes do acordo fechado, os magistrados responsáveis por essas decisões precisavam encaminhar à CGU cópias das decisões, além de alimentar o cadastro do CNJ. Com o acordo, desde o dia 1º de maio não é mais necessário informar a decisão à CGU, que passará a buscar as informações diretamente no cadastro do CNJ.

“Teremos, com isso, uma economia de tempo e de recursos humanos e financeiros dos tribunais, já que não será mais necessário imprimir cópias das decisões, expedir ofícios e remetê-las à CGU”, explica o diretor do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Ivan Bonifácio. Desde o dia 1º de maio, decisões encaminhadas à CGU passaram a receber ofícios-resposta com as novas orientações.

Atualização – De acordo com a Resolução CNJ n. 44 e com o Provimento n. 29, da Corregedoria Nacional de Justiça, inclusão, alteração ou exclusão de informações no CNCIAI é de responsabilidade do juízo da execução da sentença, no caso das ações de improbidade com trânsito em julgado.

No caso das ações que ocasionem inelegibilidade do réu, a responsabilidade sobre a prestação das informações é do juízo prolator da decisão de primeiro grau, com trânsito em julgado, ou do presidente do órgão colegiado prolator da decisão, ao final da sessão de julgamento. Nos tribunais superiores e tribunais de contas a competência é exercida pelo presidente da sessão de julgamento em que foi determinada a condenação.

O CNCIAI é acessado pelo portal do CNJ. [Clique aqui para acessar.](#)

Tatiane Freire
Agência CNJ de Notícias

MPF – Ministério Público Federal

Eleições 2014: MPF cria sistema de banco de dados nacional para fichas sujas

Sistema reúne dados de condenados potenciais inelegíveis com o objetivo de otimizar a análise dos processos nas eleições 2014, o Ministério Público Federal (MPF) lançou o módulo Ficha Suja do sistema SisConta Eleitoral. A ferramenta, que cria um banco de dados nacional com informações de pessoas físicas potencialmente inelegíveis, tem o objetivo de conferir mais celeridade às impugnação de candidaturas.

O SisConta Eleitoral, idealizado pela Secretaria de Pesquisa e Análise da Procuradoria Geral da República (SPEA/PGR), com o apoio do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe) e da Procuradoria Geral Eleitoral (PGE), vai subsidiar o trabalho dos membros do Ministério Público na área eleitoral. Com o módulo Ficha Suja, será possível unificar e processar dados de pessoas condenadas com base em informações de mais de 30 órgãos ligados à administração pública. Segundo o gestor do projeto e coordenador da Spea/PGR, procurador da República Daniel de Resende Salgado, serão incluídos no cadastro dados referentes a condenações a partir de 2006.

De acordo com Daniel Salgado, o SisConta auxiliará a conferir mais eficácia à aplicação da Lei da Ficha Limpa. O sistema faz o cotejo entre a lista de condenados e o Sistema de Candidaturas do TSE. Conforme explica, a ferramenta possibilitará que os procuradores eleitorais atuem com mais rapidez no oferecimento de impugnações a candidaturas.

O módulo Ficha Suja do Sisconta Eleitoral já recebeu mais de 11 mil dados de potenciais inelegíveis. A expectativa é que até 19 de maio, órgãos de todo o país atualizem o sistema com informações referentes às pessoas físicas potencialmente inelegíveis.

AGU – Advocacia-Geral da União

AGU atua junto à Enccla para garantir transparência nas transações financeiras de recursos públicos



Foto: WesleyMcallister/AscomAGU

Conferir transparência à movimentação financeira das contas bancárias de entes públicos ou entidades privadas utilizadas para gestão de recursos públicos é o que a Advocacia-Geral da União (AGU) tem buscado na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O assunto foi tema de reunião realizada nesta segunda-feira (26/05) por diversos órgãos que participam do grupo com o objetivo de aperfeiçoar a proposta e encontrar soluções jurídicas que garantam a prática da ação, que também prevê a proibição do saque de valores em espécie, nesses casos.

O advogado da União Márcio Pereira Andrade, coordena a ação nº 6 que é de responsabilidade da AGU. Ele explicou que no momento o grupo busca amadurecer as questões jurídicas pertinentes à ação e sensibilizar os órgãos a contribuir. A sugestão tem avançado e a novidade é que a Advocacia-Geral alterou a minuta de acordo padrão de convênio. "A partir de hoje as minutas preveem a informações de dados bancários pela Instituição Conveniente", explicou.

Durante a reunião outra sugestão fez com que a ação ficasse mais próxima da concretização, da forma como foi proposta pela AGU em parceria com a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape). O Banco do Brasil se colocou à disposição para receber proposta de acordo com os tribunais de contas estaduais e com a própria Controladoria-Geral da União para trabalhar com o repasse desse tipo de informação. Segundo Márcio Andrade, a ação tem como objetivo dar transparência a todas as movimentações de recursos públicos.

Estratégia

A Enccla foi instituída a partir da iniciativa do Ministério da Justiça e existe há mais de 10 anos. Além do grupo de trabalho, a AGU integra o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), colegiado da cúpula da Estratégia que planeja anualmente as ações a serem executadas.

O grupo é formado por mais de 60 participantes com o objetivo comum de utilizar ações capazes de combater a corrupção e a lavagem de dinheiro no país. Na reunião desta segunda-feira, além de representantes da AGU, diversos órgãos estiveram presentes como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Polícia Federal e Controladoria-Geral da União.

Assessoria de Comunicação da AGU

Ministério da Justiça

Seminário destaca avanços de uma década com a criação do DRCI

Brasília, 12/5/14 – Acontece nesta terça-feira (13), em Brasília, o Seminário DRCI 10 anos - Atuação para a Otimização da Cooperação Jurídica Internacional e o Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Crime Organizado Transnacional. O objetivo do evento é apresentar as ações desenvolvidas durante uma década do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), integrante da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).

Serão abordados os avanços promovidos no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado transnacional no Brasil, tais como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e a Rede Nacional de Laboratórios contra a Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB). O seminário ainda será uma oportunidade para conhecer como se dá e quais os resultados da cooperação jurídica internacional, tanto em matéria penal quanto em matéria civil.

[Acesse a programação do evento](#)

Serviço

Seminário DRCI 10 anos - Atuação para a Otimização da Cooperação Jurídica Internacional e o Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Crime Organizado Transnacional

Data: Terça-feira, 13 de maio

Horário: 14h às 18h

Local: Ministério da Justiça, situado à Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Salão Negro, Térreo, Ed. Sede - Brasília – DF

Ministério da Justiça

Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)

www.justica.gov.br

imprensa@mj.gov.br

(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

Agentes públicos fazem curso contra lavagem de dinheiro em Rondônia

Brasília, 13/5/14 – Até esta quarta-feira (14), acontece em Porto Velho (RO) o Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Cerca de 100 agentes públicos participam do treinamento.

A Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça (MJ) coordena o curso, executado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

Com um total de 17 horas, a programação contempla palestras, debates e casos práticos. Diversos órgãos como Ministérios públicos, polícias civis, Tribunais de contas, Polícia Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Banco Central e Controladoria Geral da União (CGU), já participaram e colaboram com a iniciativa.

A corrupção e a lavagem de dinheiro são crimes complexos, na maior parte das vezes praticados por organizações criminosas que tentam dar uma aparência lícita a um ativo de origem criminosa e isso dificulta o processo de investigação.

“O PNLD mostra-se como uma iniciativa inovadora, pois capacita os agentes do estado a identificar e a investigar crimes complexos de acordo com uma metodologia padronizada, o que propicia um resultado efetivo”, explica o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão.

Desde 2004, o programa, que é iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), já capacitou, em todos os estados do país, mais de 13 mil agentes públicos. “A iniciativa objetiva a troca de experiências e conhecimentos entre os participantes do curso o que proporciona maior efetividade na prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção”, explica o diretor do DRCI/SNJ, Ricardo Saadi.

Ministério da Justiça

Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)

www.justica.gov.br

imprensa@mj.gov.br

(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

MJ participa de discursões da Interpol sobre destino de bens apreendidos

Brasília, 14/5/14 – De 14 e 16 de maio, a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ) acompanha a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Peritos em Identificação, Localização e Apreensão de Ativos da Interpol, que acontece em Roma, Itália. O foro concentra os assuntos na recuperação de ativos relacionados a crimes de corrupção, sobretudo em paraísos fiscais, por meio da cooperação jurídica internacional e da troca de informações sobre novas estratégias mundiais anticorrupção. A Interpol é uma organização policial internacional, criada em 1923, da qual são membros, atualmente, 190 países.

O tema principal da reunião será a criação de um espaço de trocas, debatendo as melhores práticas no que tange a recuperação de ativos. Nessa primeira reunião, deverá ser realizada uma análise preliminar sobre o papel desempenhado pelos tratados internacionais, pelos gestores desses ativos apreendidos e pelos responsáveis pela aplicação de leis relacionadas ao tema.

“As reuniões são uma oportunidade de reforçar a participação brasileira nas discussões sobre a gestão, uso e alienação de bens congelados, apreendidos e confiscados, além de propor novas respostas em nível internacional para uma melhor administração e utilização de ativos apreendidos”, ressalta o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão.

Recuperação de ativos

O Brasil aderiu recentemente ao Projeto de Bens Apreendidos e Confiscados na América Latina (Bidal), cujo intuito é proporcionar assistência técnica em matéria de administração de ativos para a criação e fortalecimento dos sistemas nacionais de administração de bens apreendidos e confiscados.

Ainda em relação ao tema recuperação de ativos, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) trabalha na elaboração de proposta de anteprojeto de lei para regulamentar o artigo 7º da Lei 9.613/98 de lavagem de dinheiro, quanto à forma de destinação dos bens apreendidos.

Ministério da Justiça
Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

Em foro da ONU, Brasil mostra avanços no combate ao crime e à lavagem de dinheiro

Brasília, 16/5/14 – Terminou nesta sexta-feira (16) a 23ª Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Crime Commission) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), realizada em Viena, Áustria.

A Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ) participou da reunião e informou sobre os avanços brasileiros na área, tais como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e a responsabilização de pessoas jurídicas com a nova lei anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013).

Durante a reunião, foram aprovadas resoluções referentes ao tráfico de bens culturais, tráfico de órgãos e eliminação de violência contra crianças. O tráfico de migrantes e a violência contra jornalistas foram outros pontos da pauta.

Em relação à cooperação jurídica internacional, foram discutidos os temas: modalidades específicas de cooperação em matéria penal; extradição; e cooperação em procedimentos civis e administrativos contra a corrupção.

O coordenador de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/SNJ), Roberto Biasoli, representou o Ministério da Justiça na reunião em Viena.

Entenda o foro

A Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas é órgão central, dentro do sistema ONU, para lidar com políticas de justiça criminal e prevenção, incluindo tráfico de pessoas, crimes transnacionais e aspectos relacionados ao terrorismo. Monitora a aplicação e uso de padrões, legislação e guias destacados pelas Nações Unidas, de modo a dar respostas eficazes a formas emergentes e atualizadas de crime.

Ministério da Justiça
Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

Curso sobre combate à lavagem de dinheiro capacita servidores do Amapá

Brasília, 20/5/14 – Cerca de 60 agentes públicos participam, no Ministério Público do Amapá, em Macapá, do Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

O treinamento de 20 horas, que segue até o dia 23/5, é composto de palestras, debates e casos práticos. Diversos

órgãos, como ministérios públicos, polícias civis, tribunais de contas, Polícia Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Banco Central e Controladoria Geral da União (CGU) já participaram e colaboram com a iniciativa.

“É importante que os agentes públicos recebam capacitação específica para combater crimes como a lavagem de dinheiro e a corrupção. Em geral, são crimes complexos, muitas vezes associados a outras modalidades de delitos, e isso dificulta o processo de investigação e de punição dos criminosos”, explica o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão.

O PNLD foi criado há dez anos como uma das iniciativas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e já capacitou mais de 13 mil agentes públicos do país.

“O programa leva aos agentes públicos uma metodologia que possibilita maior êxito no combate a crimes como a lavagem de dinheiro, em geral associada também à corrupção. Os encontros presenciais e a troca de experiências entre os participantes são fundamentais para o êxito do curso”, explica o diretor do DRCI/SNJ, Ricardo Saadi.

Ministério da Justiça
Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

Câmara poderá criar subcomissão para modernizar lei de recuperação de ativos

Brasília, 22/5/2014 – Cerca de R\$ 700 milhões frutos de atividades criminosas estão bloqueados no exterior aguardando a finalização dos processos judiciais para que seja possível o retorno para o Brasil. Por conta disso, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados decidiu propor a criação de uma subcomissão para avaliar e discutir a modernização da legislação, além de fortalecer institucionalmente os órgãos que trabalham com o tema.

O anúncio foi feito durante audiência pública realizada nesta quinta-feira (22), no Câmara dos Deputados, com a participação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ) do Ministério da Justiça.

O tema do encontro foi “Conhecer as dificuldades legislativas do governo brasileiro na recuperação dos ativos produtos de crimes encontrados no exterior”. O assunto é o tópico 14 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), da SNJ, que aborda a necessidade de alterações legislativas para rever o sistema de recursos processuais penais e de execução da sentença penal.

Requerida pelo Deputado Renato Simões (PT-SP), a audiência teve como objetivo ouvir os órgãos federais responsáveis pela temática e propor soluções para diminuir as dificuldades enfrentadas para trazer de volta ao país bens e valores, frutos de atividades criminosas e que foram enviados para o exterior.

“É importante ressaltar que todos os órgãos envolvidos com o tema repatriação de ativos estão integrados na busca de soluções para os problemas existentes. Essa também é uma das ações discutidas, neste ano, na Enccla”, destaca Roberto Biasoli, diretor-substituto do DRCI/SNJ.

“O uso abusivo de recursos em um processo ocasiona uma demora excessiva no trânsito em julgado de uma ação penal, que pode durar décadas, o que muitas vezes inviabiliza a repatriação do dinheiro que está no exterior”, complementa Biasoli.

Também estiveram presentes representantes do Departamento de Polícia Federal (DPF) e a Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria-Geral da República (SCI/PGR).

Ministério da Justiça
Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Tribunal de Contas da União

TCU assina acordo com o Judiciário para aperfeiçoar cadastro de condenados por improbidade



Foto: Bruno Spada

O Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Superior Tribunal Militar e a Corregedoria da Justiça Militar da União firmaram termo de cooperação técnica, na última quarta-feira (26). O objetivo do acordo é unir esforços para aperfeiçoar e manter o Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI). O cadastro foi criado pelo CNJ em 2010.

Segundo o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, o acordo expressa a vontade e o esforço coletivo das instituições partícipes em reduzir burocracias e trâmites lentos, onerosos e ineficientes. “As demandas por melhores serviços, eficiência e efetividade no uso dos recursos públicos impõem à administração pública a necessidade de perceber e promover mudanças na forma de atuação, de modo a melhor atender aos anseios por celeridade e excelência na administração pública”, destacou.

Ele acrescentou que “não basta sancionar e condenar os responsáveis por ato de improbidade, desvio ou mau uso de recursos públicos. Tão importante quanto, é colocar essas informações à disposição do gestor que delas precisa para

decidir e do cidadão para escolher seus representantes”.

Pelo acordo, o Tribunal de Contas da União se compromete a informar as decisões proferidas em processo de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável. Além disso, o TCU vai contribuir com a divulgação do CNCIAI nos tribunais de contas dos estados e tribunais de contas dos municípios.

O Conselho Nacional de Justiça tem, entre outras, as funções de coordenar o recebimento das informações encaminhadas pelos partícipes; promover a divulgação do CNCIAI no âmbito do Poder Judiciário; e empreender esforços na melhoria contínua do sistema.

O acordo resulta da Meta Nacional nº 19, de 2012, aprovada no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Aracaju (SE), para incrementar o volume de informações constantes no CNCIAI e subsidiar a instrução dos pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral, relativamente à aferição dos requisitos de elegibilidade.

Tribunal de Contas da União

Enccla realiza reunião no TCU



Durante a manhã de quinta-feira (27), representantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) reuniram-se no Tribunal de Contas da União (TCU). Participaram representantes do TCU, do CNJ, do TST, da AGU, entre outros órgãos. O encontro teve como objetivo discutir meios de simplificar a implementação e a publicação da consulta integrada aos cadastros com informações referentes a condenações ou sanções que restrinjam a participação em licitações ou contratos com a administração pública ou ocupação cargo ou função pública. Foram discutidas ações com o objetivo de tornar as informações referentes a essas restrições úteis aos gestores públicos, fornecedores e sociedade, como a criação de um web service com essas informações.

Para o ano de 2014, a Enccla tem como premissas básicas focar no usuário das informações disponibilizadas

tornando-as úteis e acessíveis. Os representantes do TST comprometeram-se a estudar a viabilidade da disponibilização de dados via web service. Já os representantes do TCU e do CNJ firmaram o compromisso de testar meios de disponibilizar a troca de dados entre os bancos de informações dos órgãos.

Produzido por: Secretaria de Comunicação Social - Conselho Nacional de Justiça
comunicacao@cnj.jus.br | Telefone: 61 2326-5469
